

INOVAÇÃO SOCIAL EM PRÁTICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Denise de Oliveira – UNISINOS / IFRS - Campus Erechim
denise.oliveria@erechim.ifrs.edu.br
GT 6 - Inovações e tecnologias sociais na economia solidária

Resumo: A economia solidária se apresenta como uma das formas mais dinâmicas e propensas de gerar novas soluções e inovações sociais por acontecer por meio da participação e cooperação entre os atores e por sinalizar rupturas com o modelo de mercado predominante. Este estudo é parte da pesquisa da tese de doutorado que analisou a inovação social desenvolvida em um coletivo de agricultores que compõe a Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata Ltda (COOPTAR). A COOPTAR é um empreendimento da economia solidária de cooperação agrícola, constituído por famílias de agricultores assentados em um dos blocos de terra originados da antiga Fazenda Annoni, no município de Pontão/RS, que vivenciam um sistema cooperativado de forma integral, no qual a terra e os meios de produção são de propriedade e de uso coletivo. Este coletivo foi criado a partir de um intenso e emblemático processo de mobilização social que apresenta um histórico de conflitos e de anos de resistências na busca pelo direito de trabalhar e de viver da terra e que gerou uma nova forma de vivência (econômica, social e cultural) em resposta a profunda escassez de recursos e necessidade do alcance da viabilidade econômica para subsistências de suas famílias. A pesquisa caracterizou-se como qualitativa, com procedimento de estudo de caso, tendo como instrumento de coleta de dados por meio de entrevistas, de documentos e de materiais audiovisuais. Vinculou-se a inovação social em práticas da economia solidária, na medida em que a mesma se apresenta como iniciativa potencial para enfrentamentos aos dilemas sociais da atualidade com possibilidade de mudanças sociais e, ainda, muitos elementos da inovação social são identificados na economia solidária.

Introdução

O interesse pela inovação social tem sido motivado principalmente pelas possibilidades de aplicação em diversas questões complexas e emergenciais da atualidade (como a exclusão, a alienação, a opressão econômica, a degradação ambiental, entre outras) e, ainda, pela possibilidade de promover a transformação social (AVELINO *et al.*, 2019; DOMANSKI; HOWALDT; KALETKA, 2020; MOULAERT; MACCALLUM; HILLIER, 2013).

Entre as diferentes maneiras de organização que impulsionam iniciativas socialmente inovadoras, visualizam-se as reações às crises que afetam a sociedade, por meio de movimentos sociais e engajamento dos cidadãos (KLEIN *et al.*, 2016), como também por meio de empresas com finalidade de estimular o empreendedorismo social (HOWALDT; SCHWARZ, 2011; PHILLS; DEIGLMEIER; MILLER, 2008), até mecanismos de aprendizagens e estímulos de políticas públicas, como laboratórios, *hubs* e incubadoras

sociais (parcerias entre universidades e órgãos públicos) (BUND *et al.*, 2013, MILLEY *et al.*, 2018).

Em todas as formas, as iniciativas sociais ocorrem como uma intervenção idealizada por atores sociais para responder uma aspiração, oferecer soluções ou aproveitar uma oportunidade, buscando modificar uma situação ou promover novas orientações culturais (BOUCHARD, 2012). Entretanto, mais importante que o formato da organização da inovação social, é refletir sobre qual a motivação, ou seja, ao que a inovação social está reagindo. Essa reflexão poderá elucidar o sentido ético-político da inovação social (FERRARINI, 2019; MOULAERT; MACCALLUM; HILLIER, 2013).

O debate da inovação social em uma perspectiva que gera mudança social tem sinalizado importantes potencialidades em iniciativas inovadoras geradas a partir de transformações nas estruturas conservadoras de poder, pelo empoderamento coletivo, fundamentadas nas relações e práticas sociais. Esta perspectiva adquire a realidade social como incentivo para os estímulos de abordagens alternativas de desenvolvimento como a economia solidária.

A partir da trajetória da COOPTAR, criada a partir de um intenso processo de mobilização social promovida no âmbito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e que gerou uma nova forma de vivência (econômica, social e cultural), colocam-se algumas questões: quais características das ações contra-hegemônicas da economia solidária fazem parte desta experiência e como elas foram desenvolvidas? Como as ações contra-hegemônicas da economia solidária foram sendo construídas na atuação do indivíduo no coletivo, na ação das lideranças e da autonomia da comunidade?

2. Contextualização Teórica

2.1 Inovação Social

Apesar de sinalizações antigas, o termo “inovação social” passou a ser propagado na década de 1960, em vários contextos sociais, como, por exemplo, pelos movimentos sociais de estudantes e de trabalhadores em cidades europeias e americanas. Em ações coletivas diferentes, mas agregando motivações similares, a temática tensionava transformações sociais que possibilitassem avanços nos direitos individuais e na participação coletiva em ascensão social. Também, no mesmo período, o debate acadêmico (envolvendo questões como igualdade de gênero, emancipação, democracia, entre outros temas sociais),

incorporou-se nos debates públicos (MOULAERT; MACCALLUM; HILLIER, 2013).

A temática da inovação social tem se desenvolvido ao longo das últimas décadas em um campo transdisciplinar, envolvendo definições desde novas ideias ou combinação de ideias (que podem ser manifestadas por meio de produtos, serviços, métodos, entre outros) (MUMFORD, 2002; POL; VILLE, 2009; MURRAY; CAULIER-GRICE; MULGAN, 2010; NICHOLLS, 2010), até novas práticas de intervenções (como, por exemplo, programas de formação profissional e desenvolvimento sustentável e projetos de trabalhos colaborativos) para o enfrentamento de inúmeras situações complexas e emergenciais das sociedades contemporâneas (MOULAERT; MACCALLUM; HILLIER, 2013; CAJAIBA-SANTANA, 2014; KLEIN et al., 2016).

Os estudos orientados para a prática indicam que o termo “inovação social” tem sido empregado para representar uma diversidade de atividades, compreendendo inovações sociais específicas (como, por exemplo, micro finanças e comércio justo), novas formas de abordar questões e necessidades sociais (como, por exemplo, empreendedorismo social, empresa social, finanças sociais) e novos espaços para estimular a geração da inovação social (como, por exemplo, laboratórios de inovação social, hubs e incubadoras) (MILLEY et al., 2018; NESTA, 2014; TEPSIE, 2014; SiG, 2016a.).

O conceito de inovação social desenvolvido por Mumford (2002) consiste na geração e na implementação de novas ideias sobre diversas formas em que as pessoas organizam atividades interpessoais, com o desígnio de atender objetivos comuns. Sua abordagem indica que a geração da inovação social exige uma troca ativa de informações e a elaboração de ideias através de socializações com outras pessoas em um contexto propício. O processo da criatividade humana apresenta-se como impulsionador do desenvolvimento de inovações sociais (MUMFORD, 2002).

A temática também foi desenvolvida na perspectiva de uma escola de negócios. Phills, Deiglmeier e Miller (2008) definem inovação social como uma solução inovadora para um problema social, sendo tal solução mais eficaz, eficiente, sustentável ou justo que as soluções existentes e criando valor agregado principalmente à sociedade como um todo, e não aos indivíduos. Nesta abordagem, uma inovação social pode ser um produto, um processo ou uma tecnologia, mas, também, pode ser uma ideia, uma legislação, uma intervenção, ou uma combinação desses elementos.

As inovações sociais podem ocorrer nos diferentes setores da sociedade (civil, público e privado), contudo, tornam-se mais efetivas quando são geradas por meio de colaboração de todos os envolvidos (partes interessadas e beneficiários). O enfoque deste

conceito envolve o atendimento das necessidades sociais simultaneamente a criação de novas relações ou colaborações sociais (MURRAY; CAULIER-GRICE; MULGAN, 2010).

O potencial de melhorar a qualidade ou a quantidade da vida que a inovação social deve contemplar é enfatizado por Pol e Ville (2009). Os autores destacam a geração de bem-estar humano como elemento essencial para que ocorra a inovação social, indicando que nessa compreensão, a inovação social deve gerar impacto social.

Moulaert, Maccallum e Hillier (2013) expandem a abrangência do tema, indicando inovação social como meios para encontrar soluções progressivas aceitáveis para uma série de problemas de exclusão, de privação, de alienação, de falta de bem-estar e também em relação a ações que contribuem positivamente para o progresso humano significativo e desenvolvimento. Nesta percepção, a inovação social representa a promoção da inclusão e do bem-estar através da melhoria das relações sociais e dos processos de capacitação, abrangendo as diferentes habilidades que os atores e os grupos coletivos desempenham em seus papéis na sociedade.

Para Ferrarini (2016), elementos como participação, compromisso solidário com a transformação, reconhecimento e valorização do conhecimento do outro, princípio da sustentabilidade do desenvolvimento, busca da multiculturalidade no processo e de metodologias para emancipação dos indivíduos são condições essenciais que a inovação social envolve. Esta concepção indica que, além da inclusão social e da produção de valores, a inovação social envolve o resgate saberes, a participação democrática, dá voz aos excluídos, empodera atores e promove alteração nas relações de poder (FERRARINI; 2016, 2019).

Neste contexto, observa-se a economia solidária como uma das formas mais propensas de gerar novas soluções e inovações sociais por se desenvolver por meio da participação e cooperação entre os atores e por sinalizar rupturas com o modelo de mercado predominante.

2.2. Economia Solidária

A economia solidária se configurou como uma das formas de resistência ao desemprego dos trabalhadores, os quais passaram a associar-se para produzir de forma autônoma, por uma diversidade de empreendimentos econômicos solidários. Suas expressões concretas envolvem desde empreendimento sob a forma de cooperativas, associações e grupos informais, até arranjos mais complexos em torno de cadeias produtivas,

comércio justo, comercialização e consumo coletivos, crédito solidário, trocas solidárias e moeda local (GAIGER, 2013; SINGER, 2002).

Estas iniciativas se apresentam como uma nova estruturação de organização do trabalho e alternativa diante da exploração do trabalho e do trabalho alienado, bem como um significativo meio de geração de renda e inclusão social. Envolvem possibilidades da conquista de espaço econômico e social, tanto pela geração de renda, quanto pela vivência de representações, como também pela solidariedade e cooperação social (SINGER, 2002; FRANÇA-FILHO; LAVILLE, 2004).

Neste sentido, as iniciativas da econômica solidária ampliam as possibilidades de desenvolvimento, tanto no âmbito das potencialidades produtivas, quanto das relações humanas, concretizando a produção das necessidades humanas. Manifestam formas de resistência ao mercado, resultantes de ações coletivas, capazes de promover a solidariedade democrática e a democratização da economia.

Estudos nacionais e internacionais apontam para abordagens da economia social (vertente do Norte) e da economia popular (típica do Sul), como vertentes da economia solidária, tanto no campo semântico quanto no de experiências de auto-organização social do trabalho (BRANCALEONE, 2019; FERRARINI *et al.*; 2018; FRANÇA FILHO, 2002; GAIGER, 2009; LAVILLE, 2009).

A economia social tem suas raízes nas abordagens mais tradicionais do movimento associativista operário na Europa, nas primeiras décadas do século XIX (durante a Revolução Industrial), que expressou a resistência popular às tendências de redução da economia ao princípio do mercado e à racionalidade da acumulação privada, que submetia trabalhadores a condições degradantes e subumanas de vida. Estas reações originaram diversas iniciativas influenciadas pela concepção da ajuda mútua, cooperação e associação, como alternativas de organização do trabalho (FRANÇA FILHO, 2002; GAIGER, 2009).

Entre os principais precedentes desta abordagem, destacam-se o cooperativismo operário de Robert Owen e o cooperativismo de consumo dos pioneiros de Rochdale e o movimento das comunas (LAVILLE; GAIGER, 2009).

Na década de 1980, no Sul, especialmente na América Latina, práticas econômicas apoiadas em vínculos de reciprocidade contribuíram para o surgimento da abordagem da economia solidária. A economia solidária resgata a estratégia histórica dos trabalhadores profundamente ligada ao princípio do movimento operário, contudo distanciando-se, mais tarde, em diversos locais e por razões mais políticas do que singularidades inflexíveis (GAIGER, 2013).

No Brasil, a economia solidária se fortalece a partir da década de 1990, momento de agravamento dos índices de desemprego, quando trabalhadores iniciaram atividades econômicas organizadas, baseando-se nos princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática (LAVILLE; GAIGER, 2009). Além dos empreendimentos urbanos formados em geral por trabalhadores excluídos do mercado de trabalho, somam-se tradicionais grupos associativos de pequenos agricultores (GAIGER, 2009).

Embora com múltiplas raízes e formas, as diferentes vertentes da economia solidária expressam a impossibilidade e a resistência de viver de acordo com as regras da economia capitalista em suas formas de interações. Resistem ao sistema de vida que não desvinculam as relações econômicas das relações sociais, insistindo em resgatá-las ou agir por sua instauração. Essa resistência histórica é conduzida por valores em que a defesa se fez com muito sofrimento e não impediu desvios de caminhos e importantes concessões. As organizações de economia solidária reduzem a presença de relações sociais que sujeitam a divisão entre capital e trabalho, além de estimular seus membros à participação cotidiana e ao engajamento em questões da comunidade e em lutas coletivas mais amplas (GAIGER, 2009).

Ainda que a economia solidária tenha surgido como forma de enfrentamento ao desemprego, passou a adquirir sentido político emancipatório e caráter propositivo na realidade brasileira. O protagonismo assumido pelos próprios trabalhadores (pela autogestão, socialização dos meios de produção, cooperação e sustentabilidade), a racionalidade econômica substantiva e o nível de participação (interna e externa) ao empreendimento podem colocar a economia solidária como iniciativas inovadoras com potencialidade para a transformação social (FERRARINI; 2016, 2019).

Neste sentido, muitos elementos das iniciativas de inovação social são reconhecidos na economia solidária (LAVILLE, 2016). A realidade da América do Sul evidencia a relevância dos espaços públicos, como os fóruns e as arenas de tradução de políticas públicas, que podem ter sido negligenciados em outros contextos (LAVILLE, 2009).

Gaiger (2016) destaca que a economia solidária oferece condições favoráveis à inovação social, na medida em que vivencia novas formas econômicas embasadas em ações de confiança, colaboração e reciprocidade, desenvolvendo os vínculos sociais que geram capital social (ativo e fundamentalmente coletivo e dinâmico) e possibilidades de mudanças sociais. Neste sentido, a economia solidária simboliza a força da reativação de princípios, energias humanas e saberes que devem ser reconhecidos, recuperados e desenvolvidos, no intuito de evidenciar como outros princípios referentes à vida social e à ação econômica

precisam ser mobilizados para estruturar espaços potenciais para a inovação social.

Pela forma de constituição e funcionamento, bem como pela trajetória construída a partir de um princípio de lutas, de resistência e de superação contínua, a experiência em estudo se caracteriza como uma prática da econômica solidária e manifesta a criação de uma forma de organização econômica e social que pressupõe a existência da inovação social.

3. Aspectos Metodológicos

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, com procedimento de estudo de caso. Ao apresentar as características da pesquisa qualitativa, Creswell (2010) destaca o ambiente natural do estudo como fonte direta de dados, envolvendo geralmente múltiplas formas de dados (como entrevista, documentos e observação) e aponta o pesquisador como um instrumento fundamental do processo. O autor chama a atenção para o fato de que a pesquisa qualitativa é estruturada com o propósito de compreender o significado que os indivíduos atribuem a um problema social ou humano.

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram entrevistas (semiestruturadas) com os integrantes do coletivo da COOPTAR (denominados de Participantes Internos - PI) e os profissionais que acompanharam a trajetória da cooperativa (denominados de Participantes Externos - PE), além de registros em diário de campo, de pesquisa documental (por meio de levantamento de informações em jornais, revistas e sites) e materiais audiovisuais (fotos e vídeos realizados durante a pesquisa).

Para o processo de análise e de interpretação dos dados obtidos, empregou-se a análise de conteúdo segundo processos descritos por Bardin (2011). A organização e preparação dos dados coletados se efetivou pela transcrição das entrevistas, registros das saídas de campo e organização dos materiais audiovisuais.

Tabela 1 - Categorias da Multidimensionalidade Típica das Formas Contra-hegemônicas da Economia Solidária

Origem	Descrição da categoria
Econômica solidária	Aprendizagem contínua Participação democrática Solidariedade e confiança
Inovação Social	Protagonismo individual Protagonismo coletivo Autonomia
Dados coletados	Empoderamento

Fonte: Elaborado pela Autora a partir da literatura (2021).

As categorias adaptadas a partir da literatura da inovação social, da economia solidária e dos dados coletados estão listadas na Tabela 1 e contribuem para identificar a multidimensionalidade típica das formas contra-hegemônicas da economia solidária na atuação do indivíduo no coletivo, na ação das lideranças e da autonomia da comunidade.

No processo de categorização foi usado como ferramenta de auxílio o *software* Atlas ti. (versão 8.0), que gerou relatórios de cada categoria para a interpretação e análise dos significados dos dados.

4. Breve Contextualização do Coletivo em Estudo

A Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata Ltda (COOPTAR) está localizada no Assentamento 16 de Março, do município de Pontão, ao Norte do Rio Grande do Sul e tem sua origem ligada à divisão de um grande latifúndio (antiga Fazenda Annoni) que foi o palco da maior ocupação de terra na década de 1980, coordenada pelo MST, com apoio de outros movimentos vinculados à Igreja e a partidos políticos da esquerda (DICKEL, 2016).

A antiga Fazenda Annoni (latifúndio de 9.000 ha e caracterizado pelo sobrenome da família proprietária da época) se tornou marcante pela capacidade de mobilização social e resistência na luta pela reforma agrária no Rio Grande do Sul, sendo uma das primeiras demonstrações de força e, ainda, reconhecimento e consolidação do MST, no início do período democrático. Em 1972, a propriedade foi declarada de interesse social para fins de desapropriação e, em outubro de 1985, após 13 anos de impasse entre o Estado e o proprietário, foi ocupada por mais de 1.500 famílias, provenientes de 32 municípios do Rio Grande do Sul (DICKEL, 2016), entre elas, as famílias que constituíram o coletivo da COOPTAR.

A ocupação da Fazenda Annoni influenciou a intervenção das autoridades federais e estaduais na garantia do assentamento. Entretanto, o embaraçoso conflito judicial entre a União (por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA) e a família Annoni em torno da desapropriação gerou um longo período de resistências (pelas dificuldades e ausências de todos os tipos de recursos), conflitos (com o Estado e entre os próprios acampados pelas diferenças culturais e concepções políticas) e pressões do cotidiano (para algumas famílias, as últimas a serem alocadas, foram mais de 8 anos de acampamento) (DICKEL, 2016).

A estruturação definitiva do assentamento ocorreu à medida em que os lotes foram liberados pelo Estado para a concessão legal das famílias acampadas. Contudo, esse processo

foi conflituoso e moroso. O assentamento oficial iniciou em 1987 e se efetivou em quatro fases distintas, ocorrendo a sua finalização somente em 1993. Ao todo, em torno de 400 famílias foram assentadas na propriedade, e o coletivo que formou a COOPTAR foi o último grupo das famílias de agricultores assentados nas terras da Fazenda Annoni.

A COOPTAR foi fundada em 08 de fevereiro de 1990, ainda no período do acampamento da antiga Fazenda Annoni, como meio de fortalecimento para o desenvolvimento da agricultura familiar, constituída inicialmente por 46 famílias de agricultores. Atualmente, a COOPTAR é composta por 16 famílias de agricultores, que vivenciam um sistema cooperativado de forma integral, no qual a terra e os meios de produção são de propriedade e uso coletivo.

Este coletivo desenvolve uma forma de produção articulada com as orientações e as concepções do MST, constituído em um espaço de atividades produtivas com raízes na organização e na proposta política do Movimento, que transcende aos processos de geração de renda, criando ambientes que estimulam a participação de todos na busca por alternativas, no debate político e na capacitação contínua. A área pertencente à comunidade é constituída por 203 hectares, organizados em setores nas atividades de bovinocultura de leite, lavoura, agroindústria, autoconsumo, refeitório, ciranda (creche) e espaços sociais da Agrovila, onde foram construídas as residências, o centro de convivência e espaços para esporte e lazer.

A COOPTAR enfrentou inúmeras adversidades nesses 30 anos de existência. As experiências do trabalho cooperativado dos participantes registram uma trajetória de aprendizagens, recomeços e persistências em meios de desenvolvimento individual e coletivo. A atuação do coletivo está pautada na gestão democrática participativa, por meio de debates e tomadas de decisões em assembleias, não apenas pela presença de todas as famílias, mas especialmente pela atuação de todas as famílias. Esta atuação desenvolveu uma organização econômica com vínculos sociais, políticos e culturais, considerando vivências e aprendizagens, pela participação ativa no próprio Movimento, o que se constitui um fator de grande relevância na geração de inovação social, com possibilidades de promover a mudança social.

Além disso, trata-se de uma cooperativa autogestionária, que atua sob os princípios da economia solidária, ainda que o coletivo não se autodefinha como tal. Sua constituição, a partir do protagonismo dos trabalhadores, suas práticas econômicas apoiadas em vínculos de solidariedade e reciprocidade e a construção do sentido político emancipatório, atendem e manifestam os requisitos e indicadores de empreendimento da economia solidária. Ainda que a identidade do coletivo resida no MST (uma vez que os cooperados se definam como

um coletivo da agricultura familiar na área rural, constituído a partir das lutas, enfrentamentos e conquistas do movimento), substantivamente e essencialmente esta cooperativa consiste em um empreendimento que envolve todas as características da economia solidária.

5. Inovação Social em Práticas de Economia Solidária

O longo e exigente período vivenciado pelos agricultores no acampamento (desde a ocupação em 1985 até a obtenção definitiva da terra em 1993) forçou o desenvolvimento das interações sociais, pelas construções dos argumentos nos debates com o Estado, organização da unidade coletiva (instalações, obtenção de alimentos, convivência, entre outras), desenvolvimento da resistência e perseverança, bem como construções coletivas (a partir dos grupos de famílias, grupos de trabalho e assembleias gerais). Essas interações caracterizam-se, também, como espaços de formação política e construção do conhecimento para transformar realidades, como pode ser observado nas palavras de participantes (interno e externo) do estudo:

Essa experiência é algo que não tem explicação, porque tudo que eu sei, que aprendi na vida foi fruto desse processo, a minha maior faculdade foi o acampamento (PI 03, janeiro, 2020).

O acampamento é um espaço de formação, que pega pessoas de diferentes ideias e colocam junto. E você tem que se organizar. Tem que rever suas coisas, questão de gênero, o homem vai ter que cozinhar, a mulher vai nas reuniões. Muda totalmente a visão (PE 001, janeiro, 2020).

Além de desenvolvimento da resistência e da persistência, o período de acampamento gerou novas formas de atuação dos sujeitos no âmbito do individual, passando a se perceber e pensar no âmbito da vivência coletiva. Por meio das interações impostas pela situação, aliadas às expectativas de uma vida melhor, as práticas sociais foram construídas completamente diferentes do que seriam se aquelas mesmas pessoas estivessem no contexto dos seus lares. A necessidade de se organizar e discutir para construir alternativas capazes de pressionar a efetivação da reforma agrária e, ao mesmo tempo, buscar a subsistência das famílias a partir de uma diversidade de cultura e objetivos (que foram miscigenados naquela vivência) possibilitou a formação de novas individualidades e identidades que foram se percebendo e se constituindo no contexto de um coletivo.

A cooperação agrícola surgiu como um caminho possível de viabilização econômica para muitas famílias, diante das experiências de dificuldades (situações precárias nos barracos de lona, escassez de recursos e alimentos, incertezas em relação ao futuro) e

conflitos (com o Estado, o antigo proprietário das terras e entre os próprios agricultores, pelas diferenças culturais e concepções políticas) e, ainda, das aprendizagens e construções de estratégias coletiva (na mobilização social, com início nas reuniões preparatórias à ocupação e aprimorada na estruturação e organização diária do acampamento, marchas e manifestações, entre outras) vivenciadas durante o acampamento, aliadas aos debates (estimulados pelas lideranças pastorais e do MST) sobre possibilidades de organização produtiva, como manifestado nas palavras de um dos participantes interno do estudo:

Dentro do acampamento nós começamos a discutir esse negócio da cooperativa, de criar grupos coletivos. Foram criados diversos grupos [...] e nós criamos a cooperativa e aí discutimos com outros grupos para fazer um coletivo (PI 18, janeiro, 2020).

As Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA) são ligadas ao Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) e inerente ao próprio MST, que elaborou e estruturou uma proposta de cooperação nos assentamentos. Além de um modelo de produção alternativa, a proposta de trabalho coletivo surge como estratégia de permanência do trabalhador assentado na terra, como pode ser observado nas palavras de um dos participantes interno do estudo:

Quando a gente ganhou terra, começamos a produzir, começamos a se organizar. Aí nós criamos a COOPTAR, que já era uma essência desde o acampamento de um grupo que a gente vinha discutindo (PI 05, janeiro, 2020).

Os discursos contra-hegemônicos promovidos pelo MST em relação à cooperação agrícola estimularam os agricultores a significar ideias, objetivos e motivações, gerando importantes manifestações na dinâmica de mudanças e inovação. A constituição da COOPTAR é resultado desta dinâmica, pelos discursos contra-hegemônicos, consistindo em uma das inovações sociais mais importantes na trajetória do coletivo.

Outro fator importante a destacar é o papel e a influência da atuação de algumas lideranças que constituíram a COOPTAR e, também, foram protagonistas da história do MST gaúcho (por suas trajetórias na luta pela democratização dos direitos). Estas lideranças desempenharam atuações mais intensas durante o período de acampamento. Isso desenvolveu uma diversidade de experiências de formação política e construção de conhecimentos, como na atuação em debates nos conflitos diretos e indiretos na luta pela terra, na organização coletiva das instalações físicas e dos espaços de debate. As experiências conferem influências e fortalecimento na construção da concepção do trabalho coletivo, assim como no caráter de persistência e inovação da própria COOPTAR durante sua trajetória, como pode ser observado nas palavras de um dos participantes interno do estudo:

A gente foi alinhando a nossa luta enquanto cooperativa, junto com a luta do MST,

porque é sempre vinculado. A gente não pode desvincular a história da cooperativa, a construção, o desenvolvimento da cooperativa e do MST. São duas coisas que caminham de mãos dadas, praticamente (PI 17, janeiro, 2020).

Assim como para a maioria das famílias que iniciam suas atividades econômicas em assentamentos de reforma agrária, a liberação dos lotes de terra para o coletivo que constituiu a COOPTAR foi apenas o primeiro avanço no objetivo concreto de trabalhar e viver da terra. Muitos desafios se apresentaram na busca da viabilidade econômica e social dessas famílias, como a profunda escassez de recursos em todas as suas formas para o sustento das famílias e o início das atividades de produção e a falta de habilidades no desenvolver da própria atuação autogestionária (considerando o novo formato de atividade coletiva).

Diante do cenário crítico e da necessidade de criar alternativas para geração de renda, o coletivo da COOPTAR buscou incessantemente apoio de recursos, por meio de políticas públicas e financiamentos para iniciar outras atividades produtivas. Aos poucos, foram sendo criadas formas para o alcance das necessidades básicas, como moradia, saneamento básico e energia elétrica para todas as famílias. Todas as experiências (inclusive as que não deram certo) e os avanços que foram ocorrendo nas formas produtivas e nas estruturas físicas despertaram no coletivo processos de aprendizagens e aprimoramentos nas formas de fazer, organizar e conduzir os processos, assim como nas interações (entre o próprio coletivo e com a comunidade externa). Essa estruturação contribuiu para o desenvolvimento de um intenso vínculo entre todas as famílias e a atuação coletiva, que passou a ser desenvolvida por ações pautadas na colaboração, solidariedade, confiança e respeito mútuo. Elementos como solidariedade, confiança, colaboração, respeito mútuo (reconhecidos na economia solidária) são identificados nas falas de todos os participantes do estudo, como pode ser observado em algumas manifestações de participantes (interno e externo) do estudo.

O grau de sentimento das pessoas, de emoção, de cuidado, de zelo por aquilo porque eles em torno, é algo assim fora do comum [...]. É um conjunto de relações entre as pessoas, no trabalho, no valor, e mesmo assim, essa relação não é uma relação romântica, mas é parte da construção dos indivíduos, das pessoas (PI 03, janeiro, 2020).

É esse romper do individualismo que existe aqui. Aqui é uma grande família, eu não faço parte da cooperativa como associada nessa parte econômica, nem no trabalho, mas eu faço parte dessa família. Esse olhar do todo, esse estender daquele pequeno núcleozinho, estrutura mínima familiar, que acolhe. Isso é fundamental, que o meu filho não é meu filho, é dessa coletividade. Se eu não estiver presente e o meu filho precisar, eu não preciso me preocupar, porque aqui eles vão encontrar outras mães que vão fazer igual ou talvez melhor do que eu faria. Aqui eu encontro uma segurança e um suporte estendido (PE 002, janeiro, 2020).

A vivência do coletivo promoveu interações contínuas entre os agricultores e, conseqüentemente, cada indivíduo desenvolveu suas interpretações de mundo diante das

experiências e aprendizagens individuais. Cabe destacar a importância da atuação dos sujeitos no âmbito individual, constituindo sua individualidade para construir espaços sociais, principalmente pelas atuações democráticas. O desenvolvimento das ações coletivas situou o indivíduo, na medida em que a individualidade foi constituída como uma construção social, também influenciada e influenciadora pelo contexto das práticas sociais, como pode ser observado em algumas manifestações de participantes (interno e externo) do estudo.

Existem construções que vêm de fora, e a outra que vai brotando de dentro do próprio pessoal. Eu sou simpático, e trabalho com essa segunda. Acho que é o determinante. As coisas vão acontecendo e vão construindo [...]. Contudo, o construir o desenvolver processos democráticos na sua essência não é um procedimento fácil e harmonioso (PI 01, janeiro, 2020).

As reuniões cotidianas que eles fazem. Eles têm reuniões semanais, eles têm grupos de cultura, grupos de gestão. Tudo isso é instrumento, é ferramenta, para ir ajudando a avançar na consciência de ser humano, que eu não preciso te olhar com olhar de homem ou com olhar de mulher, ou olhar de lésbica ou com olhar de gay - estou te olhando como ser humano. Então, esse lado muito humano, que o Movimento constrói em todos nós - e isso é muito forte na Cooptar também (PE 004, fevereiro, 2020).

O coletivo da COOPTAR manifestou um protagonismo individual indissociável do protagonismo coletivo, expressando a intensidade da força que resistiu, persistiu, criou alternativas e superou inúmeras pressões e condições contrárias para sua existência. Essas superações expressam a capacidade do coletivo no enfrentamento de eventos e tendências opressivas, competitivas e individuais, que ainda surgirão na caminhada, como pode ser observado na fala de um dos participantes externo do estudo:

Aquilo que Maiakovski falava das misérias do cotidiano, eles aprenderam ou estão em constante aprendizagem, estão em um processo, eles estão no caminho, nunca saíram fora do caminho, não pararam de caminhar, dentro desse processo de conviver com as misérias do cotidiano. Elas existem, só que as coisas positivas são tão maiores, que eles não deixam as misérias do cotidiano serem maiores que as questões positivas (PE 003, fevereiro, 2020).

A partir da vivência coletiva e experiências construídas nos 30 anos de atuação da COOPTAR, de forma geral, as transformações envolvem alterações de padrões relacionados a vários subsistemas que perpassam o econômico e mudam concepções em contextos sociais, culturais e políticas, como manifestado nas palavras dos participantes (interno e externo) do estudo:

Lembro que no início das nossas reuniões, as pessoas, para falar, às vezes para falar opinar, forçava uma rodada. As pessoas engasgavam, meio choramingavam, e diziam: “estou com a mesma posição do fulano”. “Qual é a posição do fulano?” E hoje são quem puxa. Hoje falam com desenvoltura em qualquer espaço, sem medo, intervém, fora daqui. Essa é uma das questões que a partir da nossa experiência, as pessoas saem daqui, e no espaço que vão, intervém. Se sentem à vontade, porque aqui criaram o hábito de intervir com tranquilidade (PI 01, janeiro, 2020).

A palavra que dá para usar e eu uso muito sobre a Cooptar é que é ocorreu lá um

processo de emancipação humana. É um nível de mudança muito radical que ocorre, porque o próprio ambiente educa (PE 001, janeiro, 2020).

Ao longo do tempo, o coletivo se desenvolveu, aprendendo, recriando-se e avançando em suas práticas coletivas. A partir de um processo de subsistência, em alguns momentos sobrevivência, o coletivo se estruturou em vários sentidos, alcançando níveis cada vez mais profundos de superação de desigualdades sob todas as formas (inclusive de gênero), construção de cidadania, viabilidade e sustentabilidade da cultura de produção de vida e sua continuidade nas gerações futuras, refletida nas concepções e práticas ainda mais potenciais da segunda geração.

As relações sociais foram construídas a partir de ações de igualdade, solidariedade, confiança e respeito, desenvolvendo fortes vínculos sociais, alterando radicalmente as relações entre os cooperados, que além de parceiros e membros de uma comunidade, passaram a se relacionar como membros de uma grande família.

6. Considerações Finais

A inovação social na constituição da COOPTAR se caracteriza pela forma de organização econômica, social e política, com desígnio da coletivização das atividades produtivas para o fortalecimento da agricultura familiar. O inovador da iniciativa está na formação do coletivo, onde o trabalho e os meios de produção são de forma coletiva, que buscou desenvolver uma nova maneira de atuação, decisão e interação entre os participantes, para o alcance dos objetivos comuns.

Os dados constatarem o potencial inovador dos elementos da economia solidária como facilitadores à geração da inovação social, com possibilidade de transformações. A trajetória da COOPTAR, fundamentada nas práticas democráticas e na aquisição de conhecimentos e habilidades, manifesta o desenvolvimento de uma cultura de inovação e mudanças permanentes, pois gerou e continua gerando muitas transformações, pela nova cultura de organização da produção coletivizada que transcendeu os objetivos econômicos, permitindo construções no coletivo em outros subsistemas, como social, cultural, político e sustentável.

As ações construídas no decorrer da trajetória manifestam escolhas que promoveram posicionamentos do coletivo no desenvolvimento da trajetória, abarcando uma multidimensionalidade característica das ações contra-hegemônicas, como o desenvolver da solidariedade, processos democráticos, aprendizagens contínuas e protagonismo, que propiciaram um desenvolvimento do indivíduo no coletivo, favorecendo a autonomia e o empoderamento do coletivo.

REFERÊNCIAS

AVELINO, F. *et al.* Transformative social innovation and (dis) empowerment. **Technological Forecasting & Social Change**, v. 145, n. 2016, p. 195–206, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2017.05.002>. Acesso em: 01 mar. 2020

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOUCHARD, M. Social innovation, an analytical grid for understanding the social economy: the example of the Québec housing sector. **Service Business**, v. 6, n. 1, p. 47-59, 2012.

BRANCALEONE, C. **Teoria social, democracia e autonomia**: Uma interpretação da experiência zapatista de autogoverno. 2. ed. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

BUND, E. *et al.* **Blueprint of social innovation metrics - contributions to an understanding of opportunities and challenges of social innovation measurement**. A deliverable of the project: The theoretical, empirical and policy foundations for building social innovation in Europe (TEPSIE), European Commission - 7th Framework Programme, Brussels: European Commission, DG Research, 2013.

CAJAIBA-SANTANA, G. Social innovation: Moving the Field forward. A conceptual framework. **Technological Forecasting & Social Change**, France, v. 82, ed. C, p. 42-51, 2014.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto; Tradução Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DOMANSKI, D.; HOWALDT, J.; KALETKA, C. A comprehensive concept of social innovation and its implications for the local context – on the growing importance of social innovation ecosystems and infrastructures. **European Planning Studies**, v. 28, n. 3, p. 454-747, 2020.

FERRARINI, A. V. Ethos of social innovation: in search of a decolonizing analysis. *In*: BANEERJE, S.; CARNEY, S.; HULGARD, L. (Orgs.) **People centered social innovation**: global perspectives on an emerging paradigm. Londres: Routledge, v. 1, p. 89-109, 2019.

FERRARINI, A. V. O Ethos da Inovação Social: implicações ético-políticas para o estudo de práticas produzidas em diferentes ambientes. **Contemporânea** - Revista de Sociologia da UFSCar, v. 6, n. 2, p. 447- 466, jul./dez. 2016.

FRANÇA FILHO, G. C. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise e Dados**. Salvador, SEI/Governo da Bahia, v. 12, n. 1, jun. 2002.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. L. **Economia solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GAIGER, L. I. Des voies oubliées, des sentires: la solidarité au centre de l'innovation sociale en Amérique latine. *In*: KLEIN, J. L. *et al.* (Orgs.) **La transformation sociale par**

l'innovation sociale. Collection Innovation sociale. Presses de L'Université du Québec, 2016.

GAIGER, L. I. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 28, n. 82, p. 211-228, 2013.

GAIGER, L. I. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 84, p. 81-99, 2009.

KLEIN, J. L *et al.* **La transformation sociale par l'innovation sociale.** Collection Innovation sociale. Québec: Presses de L'Université du Québec, 2016.

LAVILLE, J. L. L'économie sociale et solidaire, l'entrepreneuriat social et l'innovation sociale: une mise en perspective historique. *In: KLEIN, J.L. et al. (Orgs.) La transformation sociale par l'innovation sociale.* Collection Innovation sociale. Presses de L'Université du Québec, 2016.

LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I. Economia Solidária. *In: CATTANI, A. et al. (Orgs.) Dicionário internacional da outra economia.* Coimbra: Almedina, 2009, p.162-168.

LÉVESQUE, B. Les Innovations sociales et les Transformtions: un enchaînement qui ne va pas de soi. *In: KLEIN, J. L. et al. (Orgs.) La transformation sociale par l'innovation sociale.* Collection Innovation sociale. Presses de L'Université du Québec, 2016.

MILLEY, P. *et al.* The evaluation of social innovation: A review and integration of the current empirical knowledge base. **Evaluation**, v. 24, n. 2, p. 237-258, 2018.

MOULAERT, F.; MACCALLUM, D.; HILLIER, J. Social Innovation: intuition, precept, concept, theory and practice. *In: MOULAERT, F. et al. (Orgs.) The International Handbook on Social Innovation.* Cheltenham - UK: Edward Elgar Publishing, 2013, p. 13-24.

MUMFORD, M. D. Social Innovation: ten cases from Benjamin Franklin. **Creativity Research Journal**, v. 14, n. 2, p. 253-266, 2002.

MURRAY, R.; CAULIER-GRICE, J.; MULGAN, G. **The Open Book of Social Innovation.** London: NESTA/The Young Foundation, 2010. Disponível em: <www.nesta.org.uk/publications/assets/features/the_open_book_of_social_innovation>. Acesso em: 10 jun. 2017.

PHILLS, Jr. J. A; DEIGLMEIER, K.; MILLER, D. T. **Rediscovering Social Innovation.** *Stanford Social Innovation Review*, v. 6, n. 4, p.1-18, 2008.

POL, P; VILLE, S. Social innovation: buzz word or enduring term? **The Journal of Socio Economics**, v. 38, p. 878-885, 2009.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.